



ISSN: 2176-5960

Προμηθεύς  
Journal of Philosophy



n. 47 Janeiro- Abril de 2025

**DO EMBRANQUECIMENTO COMO PROJETO DE SAÚDE:  
ATUALIZAÇÕES PASTORAIS-COLONIAIS EM PRÁTICAS DE  
ATENÇÃO PSICOSSOCIAL**

**Daiane de Jesus Santos<sup>1</sup>**

**Lorena Santos Andrade<sup>2</sup>**

**Michele de Freitas Faria de Vasconcelos<sup>3</sup>**

**Sandra Raquel Santos de Oliveira<sup>4</sup>**

**Universidade Federal de Sergipe (UFS)**

**RESUMO:** O artigo toma como analisador - no sentido institucionalista, ou seja, como aquilo que tem força para problematizar um regime de verdade e um modo de subjetivação a ele indexado -, um fragmento de diálogo entre profissionais de um serviço público de saúde mental (Centro de Atenção Psicossocial). Assim, almeja fazer durar três questões que transpassam a produção de saúde-doença-cuidado: fragilidades na formação de profissionais para a clínica psicossocial que se quer antimanicolonial; atravessamento de uma moral religiosa especificamente cristã articulada à moral do cidadão de bem; e racismo como algo do qual a clínica psicossocial, articulada ao projeto pastoral-moderno-colonial, furtou-se de olhar-se no olho desde sua formulação. Finaliza-se com notas escritivas que alinhavam uma político-clínica de saúde mental afeita à escuta de outras vozes e outras histórias, tecendo uma contra-memória da branquitude das práticas de atenção psicossocial, fazendo pensar a desinstitucionalização como transvaloração da moral desses nossos tempos, afirmando-se um cuidado antirracista e feminista, em confluência com os saberes populares e os territórios prenhes de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Mental; Atenção Psicossocial; Racismo; Pastorado; Político-Clinica Antimanicolonial.

**ABSTRACT:** The article takes as an analyzer - in the institutionalist sense, that is, as that which has the strength to problematize a regime of truth and a mode of subjectivation indexed to it - a fragment of dialogue between professionals of a public mental health service (Psychosocial Care Center). Thus, it aims to make three issues last that go beyond the production of health-disease-care: weaknesses in

<sup>1</sup>Graduação em Psicologia (UFS). Email: [daianeds2@gmail.com](mailto:daianeds2@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7179-8988>.

<sup>2</sup>Mestrado em Psicologia (PPGSI/UFS). Doutoranda em Educação (PPGED/UFS).

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-0498-3890>.

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Psicologia e dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e em Educação da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: [michelevasconcelos@hotmail.com](mailto:michelevasconcelos@hotmail.com).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9013-6352>.

<sup>4</sup>Professora do Departamento de Psicologia e do Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe. Email: [sraquel.oliveira31@gmail.com](mailto:sraquel.oliveira31@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6611-9969>

the training of professionals for the psychosocial clinic that wants to be anti-asylum; crossing of a specifically Christian religious morality articulated with the morality of the good citizen; and racism as something from which the psychosocial clinic, articulated with the pastoral-modern-colonial project, has avoided looking into each other's eyes since its formulation. It ends with clerical notes that aligned a political-clinical mental health accustomed to listening to other voices and other stories, weaving a counter-memory of the whiteness of psychosocial care practices, making us think about deinstitutionalization as a transvaluation of the morality of our times, affirming an anti-racist and feminist care, in confluence with popular knowledge and the territories pregnant with life.

**KEYWORDS:** Mental Health; Psychosocial Care; Racism; Pastorate; Anti-Manicolonial Political-Clinic.

### **Em análise, um projeto terapêutico-civilizatório**

- *Não dá para conversar com a psiquiatra sobre ele, porque ela só leva em consideração o científico!*
- *Ela não leva em consideração o lado espiritual, e traz sempre explicações da ciência.*
- *E o caso dele é espiritual!*

Esse texto começa com um fragmento de diálogo entre técnicos/as de um serviço público de saúde mental (Centro de Atenção Psicossocial) num momento de reunião de equipe. Discutia-se um acolhimento inicial<sup>5</sup> realizado em que o usuário atendido relatou que, depois de ingerir “*bebida quente*”, começava a ouvir vozes do “*demônio*” que o mandavam fazer coisas ruins, tais como assassinar os pais. Seus pais, por sua vez, presentes no momento do acolhimento, dizem: “*Ele ouve e vê essas coisas por causa da cachaça*”. Parte considerável da equipe ‘*analisava o caso*’ por meio de uma lente religiosa-cristã. Um dos técnicos, que conhece a região em que o usuário reside, assinalou que muitas pessoas daquele povoado “*cultuam*”, são pessoas que agem pelo errado”. Outra técnica disse que, “*apesar disso*”, havia enxergado “*um lado humano no usuário*”, destacando que ele disse gostar de animais e crianças. No entanto, o mesmo técnico que falava de ‘*culto*’ entendia esse gostar de animais como forma de sacrifício religioso: “*será que ele gosta deles porque ele os usa pra matar?*”.

---

<sup>5</sup> O acolhimento inicial costuma ser a porta de entrada dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). CAPS, por sua vez, são serviços substitutivos ao modelo asilar, hospitalocêntrico, de cuidado em saúde mental. Neles, o acolhimento inicial é o primeiro espaço de escuta das pessoas que procuram o serviço, levantando-se com elas e seus familiares ou pessoas de referência suas necessidades de saúde mental. Ali, avalia-se a complexidade das necessidades, percebendo-se se exigem acompanhamento no serviço que é destinado para transtornos mentais graves ou se podem ser referenciados para a atenção básica, caso sejam transtornos leves ou moderados. No acolhimento inicial desenham-se as primeiras linhas do Projeto Terapêutico Singular que é construído juntamente com o/a usuário/a e de maneira territorializada, pensando sua vida no território, com os espaços, serviços e pessoas que dele fazem parte.

<sup>6</sup> Termo empregado para fazer referência a práticas religiosas de matriz africana.

Trazemos esse fragmento para problematizar, pelo menos, três questões – não no sentido de respondê-las, temos receio de respostas apressadas, mas de fazê-las durar -, questões que transpassam a produção de saúde-doença-cuidado: fragilidades na formação de profissionais para a clínica psicossocial, atravessamento de uma moral religiosa especificamente cristã articulada à moral do cidadão de bem (sujeito ao embranquecimento, ou talvez seja melhor dizer, tornado sujeito por meio de práticas de embranquecimento), racismo como algo do qual a clínica psicossocial furtou-se de olhar no olho desde sua formulação, ou pelo menos como algo sobre o qual tem se debruçado com a devida urgência de reparação apenas muito recentemente. Que cor de pele vocês acham que o usuário-demônio-bicho que (não) gosta de animais e quer matar os pais têm?

Agentes do Estado-mercado seguem amolando a faca do cuidado que cravará no coração do destino do usuário a periculosidade, a segregação, a (des)humanização (Baptista, 1999). Mas, se queremos olhar no olho do racismo de (nossas) práticas de saúde mental antes de amolarmos ‘naturalmente’ mais uma faca, é preciso que reviremos nossas vísceras, encarando de frente nossa constituição atrelada à forma-Homem (europeu, branco, cidadão de bem, da moral e dos bons costumes cívicos). Nossa humanidade e o humanismo de nossas práticas de saúde mental articulam-se e sustentam um projeto de civilização colonial-moderna, capitalista, (neo)liberal, extrativista, racista em que os deuses Estado e Mercado sempre estiveram em conluio com o conservadorismo euro cristão monoteísta (Santos, 2023) a catequizar, civilizar, embranquecer modos de vida. Esse estado-nação chamado Brasil é invenção de um projeto etnogenocida, veiculado por “um tipo de violência colonial assente no esforço de homogeneização [...] que incide precisamente sobre a multiplicidade e singularidade de cada povo” (Núñez, 2022, p. 56). É nesse mesmo sentido que Carmo, Vasconcelos e Paulon (2023) denunciam a moral como droga de nosso tempo, arrimo desse projeto civilizatório instituído.

Violência aqui nessas terras sempre foi lei, onde o massacre a viventes – águas, florestas, animais, minérios, humanos - subsumidos a recursos é legislado. Lembre-se: o país foi batizado pelo invasor com o nome das árvores que desmatou e extinguiu. “O que resta de nossa Mata Atlântica está aí como testemunha da colonização capitalista de nosso território” (Porto-Gonçalves *in* Araújo, 202, p. 08). A mesma “ordem e progresso” anunciada na bandeira é talhada por mãos brancas de quem segue a saquear o território de Pindorama (do tupi *pindó-rama*, território das palmeiras, nome dessas terras desde antes dos portugueses aqui aportarem); as mesmas mãos banhadas de sangue e de seiva seguem a construir a nação inventada (pátria mãe gentil?), Brasil. Com quantas violências se faz uma nação? Com

quantas mortes se faz “ordem e progresso”? “Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber: Com quantos quilos de medo se faz uma tradição?”<sup>7</sup>. O projeto civilizatório invade o corpo-território *alheio*.

Etimologia (origem da palavra *alheia(o)*). A palavra *alheio* é um substantivo masculino, em latim “alienus,a,um”, que significa “de outrem”, “os estranhos, os que não são parentes”. Diz respeito ao que é de proveniência estrangeira, “que é de outra nação”; que está distante; que pertence a outra pessoa, que desconhece; ignorante<sup>8</sup>.

Enquanto isso, torna *alheio*, estranho, estrangeiro, ignorante, o povo originário do lugar invadido. O *alheio* carente do mesmo: cristo, poder, salvação, capital, universal, *alguém*, civilizado, cidadão. *Alheio* em oposição ao europeu e que se tornaria, não por acaso, brasileiro.

No período colonial, designava como “brasileiro” não aquele que nascia por aqui, mas aquele que explorava o pau-brasil e voltava rico a Portugal. O adjetivo pátrio “brasileiro” se impôs, e não nos reconhecemos como brasilienses ou brasilianos, ainda que o dicionário assim reconheça quem nasce no Brasil. Sobreveio o “brasileiro”, ou seja, aquele que vive de explorar o Brasil, assim como o madeireiro vive de explorar a madeira e o mineiro, de exploração do minério. (PORTO-GONÇALVES *in* Araújo, 2020, p. 09)

Assim, “o índio” e “o negro” (no mapa político-linguístico bem branco) era e ainda é o outro. Chamar-lhes de brasileiros, era, em um só tempo, fazê-los “homem”, estrangeiros de suas próprias gramáticas de vida, em suas próprias línguas. “Ser brasileiro é pensar e agir e se considerar (e talvez ser considerado) como ‘cidadão’, isto é, como uma pessoa definida, registrada, vigiada, controlada, assistida — em suma, pesada, contada e medida por um Estado-nação territorial, o ‘Brasil’ ” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 188).

A nação que nasceu a fórceps é uma invenção reiterada e reeditada por invasões e violações sem fim. Violência aqui, muitas vezes, também se transfigura em ‘cuidado’, em ‘assistência’, em ‘saúde’. Basta lembrarmos qual era a cor das pessoas que povoavam os pátios e pavilhões dos manicômios de ontem e também que habitam os CAPS de hoje. Basta lembrar da arte negra de uma vida encarcerada do sergipano Arthur Bispo do Rosário. Basta lembrar da trabalhadora doméstica, que foi estuprada pelo patrão e desse engravidou, tendo, por isso, como destino, uma vida encarcerada no manicômio (ARBEX, 2019). Basta lembrar

<sup>7</sup> Canção e composição de Tom Zé, no álbum: Se o caso é chorar, de 1972. Disponível em: <https://open.spotify.com/track/0mFw06CCJK1AUEK1gf3O0m?si=IQxAn25SR4uMP9reQTy8Dg>. Acesso em: 13 de Jul. de 2023.

<sup>8</sup> Revisão por Débora Ribeiro. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alheia/>. Acesso em 20 de maio de 2023.

de Stella do Patrocínio, que relata seu aprisionamento por estar andando na Rua Voluntários da Pátria, no Rio de Janeiro, quando de repente gritaram: “carreguem ela” e lá se foi capturada pela lógica manicomial: “onde a alimentação era eletrochoque, injeção e remédio” (PATROCÍNIO, 2001, p. 53). Qual a cor da pele dessas pessoas sequestradas-‘cuidadas’-assistidas pela mão do Estado? Basta!

Arthur Bispo, Stella, a mulher estuprada pelo patrão, o usuário-demônio-bicho que (des)gostava de animais, corpos não-brancos, não-burgueses, não-razoáveis; corpos que desfazem a dicotomia humano e natureza, corpos considerados pelas normas civilizatórias como não vivíveis, sejamos mais precisas, matáveis (VASCONCELOS; CARVALHO; OLIVEIRA, 2023): “Meu nome verdadeiro é caixão enterro/Cemitério defunto cadáver/Esqueleto humano asilo de velhos/Hospital de tudo quanto é doença/Hospício/Mundo dos bichos e dos animais/Os animais: dinossauro camelo onça/Tigre leão dinossauro/Macacos girafas tartarugas/Reino dos bichos e dos animais é o meu nome” (PATROCÍNIO, 2001, p. 118).

Violência, invasão, expropriação, cuidado-sujeição, tudo em nome do desenvolvimento, da ordem, do progresso, da humanização, seguindo princípios da colonialidade<sup>9</sup> e da modernidade. Como disse mestre Nêgo Bispo dos Santos, “*humanismo* é uma palavra companheira da palavra *desenvolvimento*, cuja ideia é tratar os seres humanos como seres que querem ser criadores, e não criaturas da natureza, que querem superar a natureza”(SANTOS, 2023, p.30). Para desenvolver/humanizar é preciso afastar, desconectar/desintegrar da natureza. Transformar tudo o que não é humano, civilizado, branco em outro, por sua vez, mercadoria a ser explorada e descartada.

A humanização, tal qual o desenvolvimento, passa pelo campo religioso, mais especificamente euro cristão monoteísta; “quando o deus dos brancos disse que a terra estava amaldiçoada por causa de Adão e Eva e que comeriam com a fadiga do suor, ele disse que não poderiam desfrutar da natureza como ela se apresenta. Logo, eles precisariam sintetizar tudo” (SANTOS, 2018, p. 07). E assim eles saíram mundo afora sintetizando – inclusive a si próprios. É pelo seu deus que continuam justificando as violências de raça/etnia, de gênero, de sexualidade, de outras crenças, da própria natureza, (re)produzindo o ‘outro’. Tudo o que não versa sobre a monocultura universalizada trata do outro, por sua vez, o *alheio* ao d(eu)s branco-preto, humano-animal, civilizado-selvagem, deus-demônio, alma-corpo; céu-terra.

---

<sup>9</sup> A ‘independência’ das colônias não equivale ao fim do período colonial. Toda uma geopolítica e economia colonizatória de expropriação territorial, corporal, dos modos de vida e saberes da gente originária dessa terra e dos escravizados trazidos de África, modula-se, permanecendo em funcionamento. A modernidade é colonial, a economia neoliberal é colonial (Mignolo, 2017).

O binarismo dicotômico cristão compreende uma vida passageira para outra verdadeira, gerando antagonismos que inspiram o projeto civilizatório de desenvolvimento. Para evoluir, é preciso transcender, desenvolvendo-se a si pela dominação do corpo, da terra, das águas, dos territórios. É afastando-se da terra que a evolução do humano se faz (NÚÑEZ, 2022). “Mais que um fenômeno econômico ou político, o desenvolvimento é um ato religioso. É uma fé, um culto, uma religião. Não qualquer *religião* [...]: a religião da modernidade-colonialidade. O progresso é o credo que professa” (ARÁOZ, 2020, p. 47). Não ao acaso, “‘desenvolvimento’ era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade” (MIGNOLO, 2008, p. 293).

Nesse cenário, como mais um braço tentacular estatal, as profissões e disciplinas da ‘saúde’ já nasceram racistas. Nas terras indígenas de Pindorama, especialmente nas do cacique Serigy<sup>10</sup> – do tupi “água de siri”, “com que sangue foram feitos nossos olhos?” (HARAWAY, 1995, p. 25). As lentes da atenção em saúde analisavam e analisam as manifestações religiosas de matriz africana e indígena sob a lógica eugênica da inferiorização e do perigo. De acordo com o conhecimento biomédico psiquiátrico, os saberes e os modos de vida africanos e indígenas pode(ria)m conduzir ao sofrimento mental (MASIERO, 2002). É possível observar ressonâncias desse modo de ver no dos técnicos do CAPS: racismo religioso, que pressupõe a noção de mal.

No espírito civilizado-evangelizado-colonizado, o que impera é o ódio em relação ao outro e a tudo que lhe é diferente, tal como a religiosidade e os modos de vida dos povos originários e dos negros e negras que vieram escravizados para essas terras. A diferença é tomada como má, ruim, indesejável, operando-se, assim, uma maquinaria etno genocida. Na lógica genocida, aquilo que é diferente deve ser negado porque remete uma ideia de “pura maldade”: “exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus” (CLASTRES, 2004, p.56). Na etnocida, aquilo que é diferente pode ser mal, porém, é possível “domar, docilizar esse mal” (Ibidem). Assim, “[...] os outros são maus, mas podemos melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto” (Ibidem), o da forma-Homem branco, civilizado, cristão, cidadão de bem.

### **Contra-imaginar a modernidade laica**

---

<sup>10</sup> Seu povo vivia entre os rios hoje conhecidos como Vaza-Barris e Sergipe, resistindo bravamente, ao longo de três décadas, às invasões portuguesas.

Nosso argumento: a aliança entre cuidado em saúde e o projeto civilizatório colonial-moderno que, ao contrário do que se possa imaginar, articula ciência moderna e religião cristã: um projeto político-pedagógico-higienista rumo ao embranquecimento com utilidade produtiva e docilidade política do que se costuma chamar de “massa” (recurso “natural”, matéria-prima para a ordem e o progresso da civilização brasileira). Trazendo mais alguns elementos para sustentar essa contra-imaginação (de que a ciência moderna e suas técnicas correlatas são necessariamente laicas e antidogmáticas, como enuncia em seu projeto), pensamos com Foucault (2008) que o problema do governo dos outros é um problema eminentemente do mundo cristão.

A história do pastorado no Ocidente, como modelo de governo das condutas, é indissociável do cristianismo. Não pretendemos nos estender aqui numa análise do cristianismo<sup>11</sup>, mas consideramos importante destacar em que ponto nosso interesse se volta mais para a dimensão política do pastorado, sua relação com o Estado e suas atualizações nas práticas de cuidado em saúde. Essa dimensão política, de gestão da vida por meio do que o autor denomina como práticas adjuvantes absolutamente necessárias ao exercício da governamentalidade - racionalidade e táticas que viabilizam o ordenamento jurídico legal -, tais como as práticas de saúde, estratégias do que ele chamará de pastorado laico ou de Estado.

Nosso ponto aqui é evidenciar como o problema do governo – e das práticas dos profissionais de saúde, agentes do Estado necessários ao sucesso dele - parece estar articulado à delimitação das fronteiras, não mais territoriais necessariamente, mas de identidades homogeneizantes, que visam estabelecer limites bastante precisos entre o normal e o anormal, a saúde e a doença, o humano e o não humano. Assim, a despeito de todas as mudanças históricas e complexas na constituição de um cuidado laico, parece insistir, atualizando-se nas falas competentes dos profissionais de saúde, tais como as iniciam esse texto, uma espécie de novas cruzadas, em que o critério de saúde e humanidade se entrecruzam apontando para um certo modelo de conduta considerada virtuosa. A virtude aqui, evidentemente, está vinculada a uma conduta moral, revestida por um pertencimento étnico, racial, cultural e religioso.

---

<sup>11</sup> O que Foucault (2008) chama de cristianismo, que serve como matriz do poder pastoral, é o processo pelo qual uma religião, uma comunidade religiosa constitui-se como Igreja, isto é, como instituição que aspira ao governo da vida cotidiana e isso na escala não apenas de um grupo definido, de uma cidade ou de um Estado, mas de toda a humanidade, tomada como um universal genérico. Para o autor, foi através da institucionalização de uma religião como igreja, que um dispositivo de poder não cessou de se desenvolver e de se aperfeiçoar durante quinze séculos (II, III a XVIII).

Dessa forma, argumentamos que o projeto moderno-colonial não é plural, muito menos laico<sup>12</sup>, ele é pastoral-cristão-político. Vá até uma pequena comunidade e lá certamente haverá uma igreja (cristã) e uma escola, quase que indissociavelmente. Dos povos originários daqui e dos escravizados de lá de África retiraram e tiram (ou ao menos tentaram e tentam) suas línguas, seus nomes, seus territórios, suas vidas. Cobriram seus corpos, demonizaram seus ritos e rituais, os carnearam, tudo em nome da “ordem e progresso”, tudo isso em nome do ‘cuidado’ com o outro para torná-lo *alguém* sob a imagem e semelhança do divino (branco). Fincaram na terra a cruz, em seguida, encarregaram-se de tornar aqueles ‘estrangeiros’ de suas próprias vidas, terras e corpos, *alheios*.



Fonte: “A República Brasileira”, página no *Facebook*<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Sobre isso, consideramos necessário observar algumas particularidades entre o contexto brasileiro e o francês, analisado pelo autor em questão. Neste último, a laicidade é motivo de lutas cotidianas para sua garantia e manutenção, mas é um ponto considerado como conquistado, como indispensável – condição sem a qual o Estado não existiria. Já no Brasil, as fronteiras entre o pastorado cristão e o pastorado político são bastante esfumaçadas e as lutas colocam-se ainda em termos de operar uma separação para garantir o mínimo de liberdades individuais e religiosas. Considerando essa particularidade, parece-nos importante a perspectiva de que nossas práticas psi brasileiras são fartamente permeadas por uma moral religiosa, colaborando, muitas vezes, para manutenção de discriminações, aprofundando desigualdades sociais, culturais, econômicas e legitimando políticas de manutenção da miséria.

<sup>13</sup> Imagem 1 - “Índias Bororos e freiras da Missão Salesiana no Mato Grosso, 1908”. Disponível em: <https://www.facebook.com/AREpublicaBrasileira/photos/a.111857003827956/117161006630889/?type=3>. Acesso em: 03 de Maio de 2023.



Fonte: Arquivo pessoal (ANDRADE, 2024)<sup>14</sup>.

Habitar as letras deste texto anunciando o que revira as vísceras da clínica psicossocial, parece insuficiente face à racionalidade científica atrelada à perpetuação de violências de raça, classe, gênero, sexualidade e região. Diante de tal racionalidade, o gigante pela própria natureza apequena-se, tornando-se Brasil, e sua natureza é a de ser terra colona, em que impera o extrativismo e a expropriação. E se, por acaso, tal racionalidade for invadida por “evidências” que descrevam a carnificina de viventes pelo modo de vida moderno-colonial, as violências vividas dentro e fora dos espaços ‘de saúde mental’, dá-se logo um jeito de torná-las não tão evidentes assim, lançando-se dúvidas sobre os ‘fatos’, não tão científicos assim, entendidos como “um ataque aos direitos imprescindíveis da humanidade se modernizar”, custe o que custar (LATOURE, 2020, p. 50). Tais espaços acadêmico-cientificistas (laicos?) são presididos pelos antigos tão contemporâneos senhores das casas grandes (homens, brancos, conservadores, afinados ao pacto), atualizando modos de (re)colonização, acimentando cada milímetro de vida, sufocando cada gesto de insurgência, feito parasita faminto por tudo que possa arder, queimar, mover, viver.

### ***A gira contracolonial de uma clínica psicossocial***

Pode a saúde mental coletiva insurgir como território contracolonizador (SANTOS, 2023), espaço-tempo de confluências entre saberes populares, modos de vida, de luta, de fazer

---

<sup>14</sup> Imagem 2 - Igreja católica na aldeia em retomada do povo Kariri onde fica localizado a cidade de Crato (CE), 08 de setembro de 2023.

política, uma política de cuidado singular e em singularização com a vida de povos originários, quilombolas, periféricos, com a vida, as cores, os valores de gente de pindorama? Pode uma atenção psicossocial antirracista e feminista?

Não podemos esquecer que a Rede de Atenção Psicossocial, efeito da Luta Antimanicomial, não nasceu organizada para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Até bem pouco tempo, falava-se em ‘viés de raça e gênero’, depois se começou a fazer pesquisas pensando relações raciais, relações de gênero na Rede de Atenção Psicossocial e, em mais pouco tempo ainda, pensou-se as desigualdades de raça/etnia, gênero, sexualidade e classe de maneira articulada. Do final da primeira década dos anos dois mil para cá, ‘de repente’, a saúde mental, ou melhor uma minoria, um povo da saúde mental coletiva vem tomando coragem para olhar no olho do racismo, do sexismo, da trama colonial-patriarcal-capitalista e se ver refletida nele, uma trama que criminaliza a pobreza, mata e miserabiliza reiteradamente negros, negras, indígenas, nordestinas, pessoas de periferia neste país. Há bem pouco tempo, começamos a enunciar o óbvio: sofrimento mental é produzido e gerido por essa trama colonial-moderna; sofrimento mental é efeito de extremas desigualdades sociais, da exasperação de desigualdades de raça/etnia, classe, gênero, região.

Do assassinato de Jorge Floyd em 2020<sup>15</sup>, depois de ter o joelho de um policial branco pressionado contra seu pescoço durante quase 9 minutos e de dizer mais de vinte vezes que não estava conseguindo respirar, à morte matada de Genivaldo em 2022<sup>16</sup>, em Sergipe, corpos negros são mortos por abordagens policiais. Genivaldo, um homem negro diagnosticado com esquizofrenia, foi torturado e assassinado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), utilizando uma câmara de gás improvisada. O que assombra, infelizmente, não é só sua morte, muitos corpos pretos tombam todo dia, muitos se encontram encarcerados pela mesma lógica colonial modulada agora pelo discurso de guerra ao tráfico e de morte ao inimigo traficante preto e pobre, grande vilão, individualizado, culpado. O que assombra, pasme, é que sua morte, ocorrida num município do interior do menor estado do Brasil, exatamente dois anos após o assassinato de George Floyd, teve repercussão internacional.

Marielle, João Cândido o almirante negro, Zumbi e Dandara, Stella do Patrocínio, Arthur Bispo, Mãe Bernadete, Mãe Senhora, Mãe Stella de Oxossi, Nêgo Bispo, Genivaldo, o

<sup>15</sup>

[https://www.geledes.org.br/nao-consigo-respirar-homem-negro-morre-apos-ser-detido-e-almagado-pela-policia-nos-eua/?gad\\_source=1&gclid=CjwKCAjw1920BhA3EiwAJT3lSf1LziEYknLnxAN7csHKMwVGtuqy3Tog-afIxUH6OloSeXnEbTK-1BoCFNMQAvD\\_BwE](https://www.geledes.org.br/nao-consigo-respirar-homem-negro-morre-apos-ser-detido-e-almagado-pela-policia-nos-eua/?gad_source=1&gclid=CjwKCAjw1920BhA3EiwAJT3lSf1LziEYknLnxAN7csHKMwVGtuqy3Tog-afIxUH6OloSeXnEbTK-1BoCFNMQAvD_BwE) recuperado em 17/07/2024.

<sup>16</sup>

<https://www.geledes.org.br/morte-de-genivaldo-em-camara-de-gas-da-policia-tem-repercussao-na-midia-internacional/> recuperado em 17/07/2024.

usuário demonizado, histórias de lutas inglórias, histórias de gente brasileira, seus efeitos seguem repercutindo, mesmo que não consigamos mensurar, mesmo que as entendamos como derrotas. Histórias que ecoam numa geração de jovens negras e negros, especialmente periféricos, que passam a afirmar sua negritude. Algo está a se mover: dizer-se negra/negro tem se configurado como modo de enfrentamento à naturalização do racismo. Talvez essa seja uma pista-guia para a construção coletiva de uma clínica psicossocial ainda por vir: um movimento de afirmação da vida a partir da raça/etnia e também do gênero, movimento que deixa de funcionar como uma sentença de morte e passa a constituir uma linguagem de solidariedade, de pertencimento.

Nesse ponto, uma regra de prudência: nesse ponto em que luta antirracista e feminista encontram-se com a político-clínica em saúde mental, para não confundirmos afirmação da vida com reiteração de políticas (bem brancas) de ódio ao outro e blindagem identitária, o que seria viver uma vida de mulher negra, indígena, periférica, uma afirmação de vida e de corpo a partir da raça/etnia, se não uma passagem impulsionando o debate sobre o racismo numa chave mais profunda que tem a ver com o modo como nos constituímos como sujeitos, ‘cidadãos brasileiros’ de bem; o modo (racista e sexista) como a nação brasileira e seus cidadãos se constituem? Um dizer não a essa constituição, uma passagem aberta pela delicada e urgente pergunta antimanicomial, já que o mundo está a ruir: em que mundos queremos nos inserir, o que queremos vir nos tornar? Assim, não podemos falar de luta pela inserção social dos loucos encarcerados, em sua maioria pretas e pobres. Não queremos essa ‘estrutura’ social-subjetiva. A ela dizemos não. A luta é pela (re)invenção social e subjetiva. Forjar um povo que não foge à luta é afirmar que a luta, onde quer que a ensejemos, há de ser *antimanicolonial* (Gomes, 2019; David; Vincentin, Schucman, 2024;) e ela carece de gente junta.

Todavia, nesse mesmo espaço-tempo, a fórmula colonial-moderna modula-se e atualiza-se, ontem e hoje: o sofrimento, efeito da extrema precarização, do alto poder de matança da vida de pretas, indígenas, pobres, periféricas deste país, à morte das mulheres, “outro do outro” como nos indica Kilomba (2019), outro do branco, outro do homem; esse sofrimento é interpretado e tratado como questão individual, cerebral, bioquímica. Novamente se produziu o indivíduo culpado e este segue tendo uma cor e um gênero determinados pelos amoladores de faca, especialistas em cuidado-homogeneização.

Por meio de nossas práticas de cuidado em saúde mental, estamos prontas para contracolonizar fazendo composição com as pessoas atendidas, seus saberes e fazeres? Estamos prontas a colocar o nosso modo bem branquinho de ‘cuidar’ em questão? Estamos

prontas para abrir mão da prescrição de formas corretas de viver, de cuidar, de nos constituirmos brasileiras, mulheres brancas (embranquecidas) do patriarcado? Estamos prontas para afirmar que a clínica foi e é um empreendimento racista, misógino e heterossexista? Estamos prontas para, por meio do espaço-tempo clínico, tatear modos de fazer reparação? Podemos ensejar uma clínica-reparação, no sentido atribuído por Grada Kilomba (2019)? Isso ainda seria clínica? Em que consistiria essa clínica? Não temos respostas, mas um caminho se avista: trata-se do tateio por uma clínica transversal, que abra linhas de conversação. Uma clínica psicossocial antirracista e feminista compõe-se como um fazer em rede, constituindo-se por fazeres-saberes concretos, em confluência com saberes populares, enxergando, assim, seus próprios limites e modos de controle, refazendo-se, reposicionando-se.

E a luta, é só por direitos? Bastaria o reconhecimento das loucas como sujeitas cidadãs de direito? Bastaria entender saúde como produção de cidadania? De homens e mulheres adultas, cidadãos de bem, economicamente úteis, politicamente dóceis, super cansados, hiper-plugados às suas vestes de almas-empresa, sujeitos de direitos? Retomemos: o neoliberalismo afastou e afasta a democracia da soberania popular. Nossa democracia já nasceu neoliberal. Não podemos deixar de encarar a constituição capitalista e racista do nosso Estado democrático de direitos, um estado penal e policial, que coloca no centro o direito penal em vez do direito social; a constituição de um Estado que tem no racismo e na misoginia racionalidades de governo.

Talvez nos situando nas bordas da rede de atenção psicossocial, articulando-nos às mulheres nos seus territórios em defesa de seus modos singulares de vida, possamos fazer curva no Estado neoliberal e, então, pensar a relação entre saúde mental e cuidado entre mulheres, por dentro das políticas públicas, dentro das estruturas e engrenagens de poder estatais, seria apenas uma tática por dentro da barriga do monstro. Nosso horizonte é mais radical: não desejar mais Estado, não desejar mais mercado, não desejar mais controle, não desejar mais controlar. Não desejar, em nome dos crimes de paz especialistas, fazer gestão de condutas, nem que outros façam a gestão de nossos corpos. Não desejar quando o grande mote das formas de poder que visam a condução das condutas, como o poder pastoral, não visa a repressão, mas adquirir consentimentos, incitação do desejo.

Num momento em que muitos e muitas de nós não têm garantido nem o direito de sobreviver, lutando por sobreviver, sabemos que afirmar isso pode parecer arriscado, mesmo assim, se o cenário é mesmo o de matança generalizada, de corpos humanos e não humanos como matéria prima de um capitalismo em combustão, arriscamos: entre mulheres, por meio

da sina do ‘cuidar’, criar pequenas revoltas “fora” do Estado, ou criar um “fora” Estado. Pautar o Estado é uma coisa, mas parece que toda nossa luta finda em ser fagocitada por ele. E assim seguimos aliviadas porque ‘agora está na lei’. O que isso garante? Qual o risco de pararmos aqui?

Depois de quatro anos de um posicionamento expressamente misógino do poder estatal, posição reacionária e mesmo neofascista que coincidiu com contexto pandêmico, e deu contornos ainda mais trágicos a esse momento de necessidade de isolamento social, aumentando os índices de violência contra a mulher e exasperação das jornadas de trabalho doméstico atribuições costumeiras das mulheres, parece se fazer necessário, diante da representatividade do Estado:

[...] engajarmos mais a reprodução de si como movimento [...] E talvez seja, sim, o caso de negar o estado<sup>17</sup>. O estado que dessa forma se impõe. Só que não, não abriremos mãos de fortalecer as pretas e as indígenas no poder. [...] Na pesquisa-produção de passagens e das contaminações entre produzir a si, organizar-nos e ocupar o Estado” (RIBAS, 2019, p. 12-13).

Se não é um corpo individualizado que resiste a essa engrenagem, afinal de contas, esse moedor de carne é operado coletivamente, também não é apontar para uma coletividade, um grupo social identitário já constituído, por exemplo, que resolveria o problema. Estamos a sonhar com feminismos “transversalizantes, entre territórios, classes, raças. Feminismos que defendem as moradias e as bioregiões” (Ribas, 2019, p. 11). Essa é a regra de prudência: indivíduo e sociedade são co-engendrados por meio de um mesmo modo de funcionamento. O fora aqui não se confunde com o social:

[...] fazer fugir os mundos que nos tornam fracos e impotentes; não desejamos apenas uma nova história do humano, mas também uma nova geografia, subterrânea, indissociada de um modo inumano de viver, que comporte lugares para tudo aquilo em que nos tornaremos. Revoluções do presente. Novas edificações e novos corpos. [...] Pensar a vida maior do

---

<sup>17</sup> Aqui temos um problema e vamos habitá-lo. Desejar menos Estado é desejar desmontar uma maquinaria de poder centralizado, com tendências à dominação, mancomunado com um modelo de desenvolvimento destruidor, com a barbárie neoliberal e que produz, violentamente, a padronização unificadora das formas de viver, exterminando sem nenhum compromisso ritualístico toda possibilidade de diferença. Essa é a dimensão macropolítica que expressa o desejo de negação do Estado. Entretanto, as estratégias de sobrevivência das minorias políticas muitas vezes passam pela tomada do território estatal de forma parcial e estratégica, garantindo alguma forma de existência e disputa narrativa ainda que através das formas precárias de representatividade. Não se trata, pois, de negar o Estado em favor da hegemonia anarco-fascista dos mercados “livres” para pilhar sociedades inteiras em suas estratégias de acúmulo brutal do capital financeirizado e que, já há tempos, explodiu as fronteiras estatais em favor de um domínio global através da concentração de renda e da destruição de qualquer forma de sociabilidade mais solidária.

corpo, além da conhecida vida estreita, fazer de nossos corpos detectores das forças-mundo (FONSECA, 2007, p. 145).

Essa organização política solicita um movimento de pesquisar a si e de cuidar de si, um “colocar a si na linha da reinvenção [...], pesquisarmos a nós mesmas e nossas relações, de forma a buscar modificar as próprias condições de nossas vidas– e da vida em comum” (RIBAS, 2019, p. 21), condições que nos apequenaram numa vida pessoal, neoliberal embranquecida. Retomemos, trata-se de algo que parece mais radical: uma disputa de projeto de si e de mundo.

Sabemos que um dos objetivos desse Estado capitalista é a decomposição das nossas diversas capacidades, inclusive a de nos tramarmos coletiva e socialmente, produzindo um devir da política, o anarquista Acácio Augusto nomearia, sabiamente de antipolítica, tomando a política, toda ela, como técnica de produção de um poder de um sobre os outros. Política não seria autogestão, mas gestão da vida alheia. Assim a clínica também o seria. Que nomes, então, criar para dizer de práticas de organização e de cuidado produzidas nas bordas do Estado?

Aqui parece se situar o ponto de virada que nos convida a gaguejar em nossa própria língua (DELEUZE, 1992): escutar, compor, confluir um cuidado, invenção coletiva de si e de mundos, pois (n)estes não nos cabem mais, não tem cabimento! Assim, acompanhadas das teses negras e indígenas, especialmente de mulheres pesquisadoras negras e indígenas, precisamos também acompanhar as histórias dessa gente ordinária, sabedora de (sobre)viver, histórias de feitura dessa gente de pindorama que segue bordando ‘no peito e na raça’ um modo de vida, uma resistência, uma reexistência. Ouvir e trazer essas histórias, talvez seja um modo político-clínico de reparar a dignidade da vida, o que também diz respeito a multiplicar sentidos para a palavra dignidade. “As histórias importam. Muitas histórias importam. [...] Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada” (ADICHIE, 2019, p.32). Não dá mais para voltar atrás, (nossa) clínica psicossocial precisa de um arremate *antimanicolonial*, linha por linha, um movimento de abrir passagem aos modos de vida-cuidado-resistência dos povos e dos corpos em seus territórios vivos.

### **Notas escritas de uma estagiária negra**

Iniciamos o texto com um fragmento de diálogo entre técnicas/os de um CAPS, tomando-o como analisador, no sentido institucionalista, do que tem força para problematizar situações que nos levem a encarar, não nos furtando tão facilmente dos efeitos de nossos

regimes de verdade. Finalizaremos com uma escrevivência realizada por uma das autoras, que fez estágio em Psicologia Institucional no referido CAPS, na intenção de seguir o movimento analítico, entendido aqui como abertura das formas e desnaturalização das verdades constituídas.

Trago aqui não apenas um relato, mas uma escrevivência que condensa experiências de uma mulher negra, integrante da comunidade e recém-inserida no serviço. “Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas” (EVARISTO, 2023, p. 8). Conceição Evaristo formula uma política de escrita, uma política literária própria de mulheres negras que a utilizam como modo de resistência, como afirmação feminina de vidas negras. Com a autora, desaprendemos que escrever, como todo processo de elaboração, dói, e ao mesmo tempo faz diminuir a dor, pois permite pela partilha acesso e abertura a um mundo não contado, auto inscrição num universo vivido ou escutado, produção narrativa de histórias antes não registradas.

O meu primeiro choque é o que está presente no diálogo que começa este texto, no qual dois técnicos falam sobre o usuário que ouvia vozes quando bebia. Foi com um incômodo gritante que assisti a equipe concordar com as falas dos profissionais. Com exceção de um, que tentou, de forma tímida, parecendo não querer provocar ainda mais tensão na equipe, contestar o discurso com explicações científicas. Foi possível notar contraste, mas também a permeabilidade na tentativa de defender saberes a partir da instituição de regimes de verdade particulares a cada um dos discursos, um médico-científico e outro religioso-cristão (VALÉRIO, 2004). Nesse momento, indago: a quem serve essas verdades que aprisionam, violentam e humanizam-embranquecem-produzem o sujeito, normal e anormal? O choque e a angústia impregnaram. Sem demora, esse discurso removeu as lentes que se faziam presentes nos meus olhos: os manicômios não foram abolidos do cuidado em liberdade.

Situações como essa repetiram-se na minha trajetória no serviço e toda vez deixava um amargo na boca e a ausência de vontade de compor aquele espaço. O habitava como observadora, desempenhei esse papel, apesar do dissabor, até minhas últimas semanas. Assim, seguiu-se minha trajetória, somando violências em diálogos de equipe e até mesmo intervenções grupais com usuárias/os. A seguir contarei sobre uma dessas intervenções.

Era mais um dia de oficina, com a proposta de realizar uma dinâmica sobre emoções, na qual os/as usuários/as pegariam uma bexiga que possuía o nome de uma emoção escrita e depois falariam um pouco sobre ela. A atividade seguiu-se, houve relatos sobre dificuldades, sofrimentos, angústias e formas com que lidavam com elas. Após as falas, que em sua maioria

traziam dores e com poucas perspectivas de melhora, aicineira começou um monólogo sobre a importância de agradecer a Deus, ser grato e orar para ter forças para enfrentar esses obstáculos. Havia um teor de culpabilização dos/das usuários/as por não possuírem força e fé suficientes para lidar com suas mazelas, além de uma doutrinação sobre a conduta cotidiana.

Tal forma de condução da oficina apresentava o mecanismo central, que pautava o cuidado no serviço, isto é: o pastorado. Esse baseia-se em três pilares: a salvação, que é o objetivo que será alcançado, seguindo a lei que está ancorada a uma verdade (FOUCAULT, 2009). O mecanismo pastoral-disciplinar compõe o serviço, uma vez que a verdade passa a ser o cristianismo, que deve ser seguido através de sua doutrina, isto é, a lei, para que assim o usuário possa alcançar a “cura” (salvação). Para garantir esse funcionamento, faz-se necessário abrir espaço para os/as usuários/as confienciarem seus sofrimentos e dificuldades, para que profissionais sondassem sua experiência, realizando o exame da sua conduta para verificar se essa é desviante da norma estabelecida no serviço, espelho da norma societária.

Logo após as confissões, é necessário retomar os/as usuários/as para a verdade (essa garante a melhora dos seus sofrimentos), que nesse cenário deu-se por meio dos sermões. Assim, é prescrita a receita da gestão da vida, que parte da individualização do sofrimento mental para posterior medicalização e monitoramento do cotidiano. Moraliza-se a forma de enfrentamento, culpabilizando o sujeito caso ele falhe. Retira-se desse a possibilidade de afirmar-se.

A indignação naquele momento ocupou todo o meu corpo, e meu papel de observadora fugiu pela primeira vez das minhas mãos. Afinal, as pessoas estavam expondo suas dores num grupo em busca de escuta, talvez apoio, e o que receberam da profissional foi a dogmatização. A emoção que me cercava era a raiva, eu estava revoltada com a situação, lembro até hoje o olhar de um dos usuários que havia acabado de compartilhar o que estava passando, não era um olhar de arrependimento, mas sim de tristeza. A raiva, muitas vezes entendida como uma emoção negativa e que traz consequências ruins, me trouxe cargas de coragem naquele momento, com o convite que recebi para falar, pude mobilizá-la ainda que sutilmente. Nesse contexto, trago reflexões de Audre Lorde (2019) ao analisar os usos da raiva por mulheres negras na luta contra o racismo: “Esse ódio e a nossa raiva são muito diferentes. O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos e a sua finalidade é a morte e a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e sua finalidade é a mudança” (LORDE, 2019, p.164).

Aqui começa a minha primeira quebra de silêncio, fui convocada a falar e tentei produzir alguma mudança no ordenamento do cuidado, mesmo que naquele momento. No

primeiro momento, busquei acolher os/as usuários/as por meio da fala quando fui relembando as vivências e sentimentos que trouxeram (eu queria mostrar que estavam sendo ouvidos e que as trocas eram importantes); no segundo momento, quando afirmei a força de cada um/uma ao irem ao serviço compartilhar suas vivências e pensar em coletivo, formas de lidar com as adversidades.

Colocar essa experiência na escrita produz alguma serenidade, porém, esse estado não condiz com o meu enquanto falava, pois eu estava nervosa, minhas mãos tremiam e suavam, não conseguia repensar o que eu iria falar, sendo assim, no final, estava num misto de temor e alívio, irei explicar essa confusão de sensações. O temor chegou como fruto do medo de ter ultrapassado as linhas das normas daquele serviço, mas o alívio me aconchegou ao poder olhar nos olhos antes tristes do usuário e ver agradecimento. É neste momento que Audre Lorde escritora, poeta, negra, lésbica e feminista nos grita: “fomos socializadas a respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperarmos em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará” (LORDE, 2019, p. 53-54).

Não me entenda mal, em momento algum acreditei que minha fala de 5 minutos pudesse provocar mudanças na estrutura do serviço, mas a quebra daquele silêncio foi necessária para que eu não sufocasse. Após esse dia, ocorreram situações semelhantes, dentre elas a que vou contar a seguir. Durante um atendimento individual, uma usuária começou a entrar em crise, o técnico que estava comigo na escuta conseguiu manejar e acolher. Encerrado o atendimento, o técnico me contou que a usuária já havia entrado em uma crise semelhante, todavia, havia sido na presença de outros/as usuários/as e técnicos/as. Iniciada a crise, uma das técnicas começou a gritar falando que ela estava com o “*caboclo*”.

A construção discursiva que estruturava esse serviço de saúde mental é controlada e relançada por mecanismos que têm por fim evocar seus poderes e perigos, dominando acontecimentos (FOUCAULT, 1996). O discurso é a forma de condução e manifestação da sociedade, é a partir dele que é possível garantir a normalização da conduta social. Nesse sentido, o discurso cristão presente nestes relatos era utilizado como instrumento de controle moral e social dos usuários, ele separava o seguro do perigoso, o normal do patológico, o humano do desumano.

Seguindo essa mesma lógica de funcionamento, o evento do setembro amarelo surgiu como espécie de coroação da estrutura pastoral. Durante a reunião de equipe, fomos informados que quem faria a palestra dessa vez seria uma psiquiatra. Eu e outro técnico ficamos animados, pois significava que o grupo católico que seria anteriormente convidado

não estaria presente. A equipe estava movimentada, já que o evento seria maior que o de costume, pois usuários/as de outro município foram convidados/as.

No entanto, ao chegar na unidade naquele dia, sou recebida pelo técnico que assim como eu ficou feliz com a notícia da psiquiatra, porém, seu semblante não estava nada alegre como de costume, logo, percebi que algo tinha fugido dos planos. Ele contou que a psiquiatra convidada era líder de um grupo cristão de adoração. Assim, a cena seguiu e começou a montagem do cenário: bíblia aberta sobre a mesa, folhetos de grupo de casais da igreja e outros adornos. O grupo de adoração chegou. Os/as convidados/as também chegaram. O evento iniciou-se, a primeira proposta foi rezar um pai-nosso, começou um rebuliço sobre quem iria conduzir e uma das mulheres do grupo de adoração tomou a frente. Em seguida, foi a vez de outro membro começar uma adoração. Enquanto isso, uma jovem filma a todos/as de olhos fechados (a pedido da oradora).

Logo depois, a palestra da psiquiatra começa, eu ainda tentava me iludir, imaginando que ela falaria sobre saúde mental e prevenção ao suicídio. No entanto, a minha torcida não produziu efeito algum, seu discurso era um sermão de valores cristãos. Não consegui prestar atenção, estava inquieta, para meu “alívio”, tive uma crise de rinite e fui tomar um remédio que um técnico conseguiu para mim, ficamos na sala por um tempo. Quando voltei, a pregação já estava encerrando e daria início ao lanche. Esse evento serviu para reafirmar que o trabalho estava aliado à tutela cristã. O usuário não era o centro, já o cristianismo era a coroa que imperava a máquina de condução do serviço.

Por meio dessa escrevivência, ousou afirmar, através dos ecos das vozes de outras mulheres, especialmente mulheres negras, que os manicômios não serão extintos enquanto continuarmos presas nas correntes do racismo e da intolerância. Lorde mais uma vez inspira: “Não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas. E não sou livre enquanto uma pessoa de cor permanecer acorrentada” (LORDE, 2019, p.169) . Talvez isso nos sirva de pista sobre o que precisamos ter em vista no cenário da saúde mental, quero dizer: não haverá cuidado em liberdade enquanto serviços de saúde mental permanecerem acorrentando-pastorando.

O retrato desse serviço é importante porque é analisador de nossa configuração societária-subjetiva, funcionando para demonstrar o quanto o cuidado em saúde mental ainda se encontra atravessado por valores cristãos e que tais valores se associam e, em alguma medida, coadunam e sustentam uma moral moderno-colonial-pastoral-liberal. Nesse sentido, não apenas como profissionais de saúde, mas como engajadas na luta antimanicolonial, nossa intenção não é só a de denunciar, mas ensaiar vias para fazer-pensar uma atenção psicossocial

que, como indica Simone Paulon (2006) entenda desinstitucionalização como transvaloração da moral desses nossos tempos, dando, assim passagem para uma político-clínica da afirmação de uma vida em expansão, para reinvenção de si e do mundo. Afinal, em que mundos queremos nos inserir, o que estamos em vias de nos tornar? Que possamos arejar o solo de nosso presente com sonhos antirracistas, feministas, antimanicomiais.

### **Referências Bibliográficas:**

- ADICHIE, Chimamanda. O perigo da história única. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.
- ARÁOZ, Horário. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. – São Paulo: Elefante, 2020.
- ANDRADE, Lorena. ‘Conhecer os desejos da terra’: a mestria de um corpo-memória a fecundar o chão da vida acadêmica. [Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe]. São Cristóvão, 2024.
- ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.
- BAPTISTA, Luís Antônio. A atriz, o padre e a psicanalista - os amoladores de facas. In: Cidade dos sábios. São Paulo: Summus, 1999.
- CARMO, Robert; VASCONCELOS, Michele; PAULON, Simone. Denúncia da encruzilhada: a moral como droga do nosso tempo. Revista Digital do LAV – Santa Maria – vol. 16, e29, p. 01 - 21 – jan./dez. 2023 ISSN 1983 – 7348 <http://dx.doi.org/10.5902/1983734800000>
- CLASTRES, Pierre. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2004
- DAVID, Emiliano; VICENTIN, Maria Cristina; SCHUCMAN, Lia. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, e04432023, 2024. [pt \(scielosp.org\)](http://scielosp.org)
- DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.
- EVARISTO, Conceição. Insubmissas lágrimas de mulheres. Rio de Janeiro, RJ: Malê, 2023.
- FONSECA, Tania Galli. Cartografias da ArteLoucura: a insurgência de um outro espaço. In: FONSECA, T.; ENGELMAN, S.; PERRONE, C. Rizomas da Reforma Psiquiátrica: a difícil reconciliação. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo, Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GOMES, Bárbara. Encontros antimanicoloniais nas trilhas desformativas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2019. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/196363/001096313.pdf?sequence=1>>
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.
- KILOMBA, Grada. Memórias de Plantação: episódios de racismo cotidianos. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- L'ABBATE, Solange. Análise Institucional e Intervenção: breve referência à gênese social e histórica de uma articulação e sua aplicação na Saúde Coletiva. Mnemosine, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41580>.
- LATOURE, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu editora/Ateliê de Humanidades editorial, 2020.
- LORDE, Audre. Irmã Outsider. Belo Horizonte: Editora Autêntica, [1981] 2019.
- MASIERO, André Luis. “Psicologia das raças” e religiosidade no Brasil: uma intersecção histórica. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 22, n. 1, p. 66-79, mar. 2002. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932002000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932002000100008&lng=pt&nrm=iso)>.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2017, vol.32, n.94, e329402. Epub June 22, 2017. ISSN 1806-9053.
- NÚÑEZ, Geni. Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. [Tese de doutorado interdisciplinar em ciências humanas da Universidade Federal de Santa Catarina]. Florianópolis, 2022. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_473f48c5fe4ec5a1940f122e090045b6](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_473f48c5fe4ec5a1940f122e090045b6).
- PATROCÍNIO, Stella. Reino dos Bichos e dos Animais é o Meu Nome. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.
- PAULON, Simone. A desinstitucionalização como transvalorização: Apontamentos para uma terapêutica ao nihilismo. Athenea, 10, 2006, p. 121-136. <https://athe-neadigital.net/article/view/n10-mainieri/296-pdf-pt>.
- RIBAS, Cristina. Feminismos Bastardos. Feminismos Tardios. São Paulo: N-1 edições. 2019.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

VASCONCELOS, Michele; CARVALHO, Lina; OLIVEIRA, Sandra. A poética do cotidiano: narrativas femininas antimanicomiais em tempos de confinamento. Psicologia Política, 2023, VOL. 23. N.57. PP. 460-476.

VALÉRIO, Mairon. Foucault pensando a religião. Mneme: Revista Virtual de Humanidades, n. 10, v. 5, abr./jun.2004. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os involuntários da pátria. ARACÊ – Direitos Humanos em Revista | Ano 4 | Número 5 | Fevereiro 2017, pp. 187-196. Disponível em: [Reprodução de aula pública: Os involuntários da pátria | de Castro | ARACÊ – Direitos Humanos em Revista \(emnuvens.com.br\)](#)